



**Norberto Odebrecht:
um homem à frente do
seu tempo**

pág. 20



**Norberto Odebrecht, sem dúvida
alguma, contribuiu para a minha
formação profissional**

pág. 18



**A Medalha Conde dos
Arcos para Eduardo
Moraes de Castro**

pág. 27



ANO XXI | Nº 99 | SET/OUT 2020

Revista

ACB



**Jurídico promove série
de Encontros para Tomada
de Decisão**

**ACB cria grupo
para defender
a Função Social
da Empresa**

pág. 13

**Projeto de Lei contra
criminalização da
dívida do ICMS**

pág. 9



**“ACB em Foco”
agora no
Jornal A Tarde**

pág. 14



PENSE FORA DA CAIXA

Enquanto as outras se adaptam ao digital,
nós o ditamos.

Venha para a agência que nasceu no digital.

essence
COMUNICAÇÃO ▶



ESSENCECOMUNICACAO.COM.BR



@ESSENCECOMUNICACAO



**Na sua vida
pessoal, você
sabe com quem
pode contar.
Na empresarial,
também.**

O Sebrae está ao lado de quem busca mudar, melhorar ou inovar a gestão da sua empresa. Oferece todo apoio ao empreendedor, desde a orientação para acesso a crédito até a qualificação através de cursos, consultorias, mentorias e muito mais. Conte com o Sebrae, o seu melhor parceiro pra crescer e chegar lá.





Associação Comercial da Bahia – Fundada em 15/7/1811

(A entidade mais antiga da América Latina)

Órgão Técnico e Consultivo do Governo Federal (Dec. 8130/41)

Diretoria – Biênio 2019/2021

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – **Wilson Galvão Andrade**

1º Secretário – **João Lopes Araújo**

2ª Secretária – **Alberto Nunes Vaz da Silva**

CONSELHO SUPERIOR:

Presidente - **Wilson Galvão Andrade**

CONSELHEIROS NATOS:

Adary Oliveira; Eduardo Moraes de Castro; Élmer Musser Pereira; João José de Carvalho Sá; Juvenalito Gusmão de Andrade; Joaquim Quintiliano da Fonseca Júnior; Lise Weckerle; Luiz Fernando Studart Ramos de Queiroz; Marcos de Meirelles Fonseca; Rubens Lins Ferreira de Araújo.

CONSELHEIROS:

Adalberto de Souza Coelho; Ângelo Calmon de Sá; Antoine Youssef Tawil; Antonio Carlos Magalhães Júnior; Antônio Carlos Nogueira Reis; Aurélio Pires; Demir Lourenço Júnior; Edmilson Nunes de Pinho; Eduardo Meirelles Valente; Gilberto Pedreira de Freitas Sá; Joaci Fonseca de Goes; Luiz Ovidio Fisher; Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho; Marcelo Sacramento de Araujo; Marconi Andraos de Oliveira; Maria Rita Lopes Pontes; Mário de Paula Guimarães Gordilho; Pedro José Galvão Nonato Alves; Roberto de Sá Dâmaso; Valnei Souza Freire; Victor Fernando Ollero Ventin.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Mario Correia Dantas de Carvalho

Vice –Presidente – Carlos Henrique Jorge Gantois

Vice –Presidente – Marcos Galvão Cidreira

Vice –Presidente – Paulo Sergio Costa Pinto Cavalcanti

Vice-Presidente – Rosemma Burlacchini Maluf

Vice –Presidente – Teobaldo Luis da Costa

1º Secretário – Carlos Sergio Sampaio Falcão

2º Secretário – Ricardo Luzbel Soares Bonfim

1º Tesoureiro – Maria Constança Carneiro Galvão

2º Tesoureiro – Ana Ferraz Coelho

DIRETORIA PLENÁRIA

Ademar Lemos Junior; Adriano da Silva Silveira; Antonio Alberto Valença; Antonio Eduardo de Araújo Lima; Antonio Luiz Nogueira Chaves; Arnon Lima Barbosa; Arthur Guimarães Sampaio; Aurélio Cezar da Silva Cardozo; Avani Perez Duran; Carlos Antonio Borges Cohim Silva; Clara Paes Martins; Cristiana Menezes Santos; Denio Dias Lima Cidreira; Domingo Arjones Abril Neto; Eduardo Seixas de Sales; Élio Luiz Régis de Souza; Erico Pereira Coutinho Guedes; Everaldo Costa Menezes; Frutos Gonzalez Dias Neto; Giuseppe Giovanni Paim Belmonte; Hilton Moraes Lima; Iara Andrade Schimmelpfeng; João Alfredo Sampaio de Figueiredo; José Carlos Barros Rodeiro; José Eduardo Athayde de Almeida; José Luiz Costa Sobreira; José Pedro Daltro Bittencourt; Josinha Pacheco; Júlio Augusto de Moraes Rêgo Filho; Luis Severo Perez Garcia; Luiz Carlos Magnavita Bacellar; Luiz Pedrão Rio Branco; Manoel Castro Carreiro; Manoel Figueiredo Castro; Marcelo Duarte Ribeiro; Marcelo Nesser Nogueira Reis; Marcia Pereira Fernandes de Barros; Márcio Koch Gomes dos Santos; Marcos Vinicius Pinto Fonseca; Maria José de Castro Harth; Maria José Fernandes Vieira; Matheus Oliva Marcílio de Souza; Miriam de Almeida Souza; Nelson Teixeira Brandão; Patric Piton; Paulo Augusto de Oliveira Lopes; Paulo Cesar Fonseca de Goês; Pedro Cesar Gaspar Dorea; Remulo de Almeida Farias; Renato Angelo Pereira Tourinho; Renato Augusto Ribeiro Novis; Renato Simões Filho; Reynaldo Jorge Calmon Loureiro; Rodolfo de Diego Presa Filho; Santiago Coelho Rodriguez Campo; Sérgio Fraga Santos Farias; Sergio Franco; Sergio Silva Dorea Filho; Sérgio Tourinho Dantas; Sylvio de Goes Mascarenhas Filho; Teresa Cristina Limoeiro Costa.

COMISSÃO DE CONTAS – TITULARES

– Humberto Campos Rangel

– Jose Renato Mendonça

– Miguel Antonio Guimarães Bastos

COMISSÃO DE CONTAS – SUPLENTES

– Ana Paula Gordilho Pessoa

– Ednelson de Mendes Junior

– Paulo Roberto Damasceno



Um exemplo de atuação empresarial

A economia baiana tem grandes nomes que servem de referência para nós, que atuamos neste segmento importante para o desenvolvimento do estado. Fazendo um resgate histórico, Norberto Odebrecht é uma dessas figuras que tenho grande estima. Amor ao trabalho, inovação e busca pela excelência estão entre os valores que o permitiram montar uma grande empresa e modelo de gestão que até hoje é exemplo a ser seguido. No ano em que Norberto completaria cem anos, a sua contribuição para a economia e desenvolvimento da Bahia e do Brasil são indiscutíveis e só posso agradecer por sua veia empresarial, que tornou a Odebrecht uma das poucas empresas baianas internacionais.



Mario Dantas, presidente da ACB

Carta do Editor

Doutor Norberto

No dia 9 de outubro de 2020 teríamos as portas da ACB abertas, em noite festiva, para celebrar o centenário de nascimento do engenheiro Norberto Odebrecht, um dos mais ilustres empresários a compor o quadro de associados da Associação Comercial da Bahia, detentor da Medalha do Mérito Empresarial Oitavo Conde dos Arcos, a maior honraria da entidade.

A pandemia transferiu a manifestação para outra ocasião. Na solenidade deste ano, o seu retrato, em óleo sobre tela, por sugestão do signatário, aprovada na reunião de diretoria do dia 24 de agosto de 2014, seria afixado na Sala do Conselho, ao lado de figuras notáveis, como Luiz Tarquinio, Otávio Mangabeira, Clemente Mariano, Bernardo Martins Catharino e de outras grandes personalidades.

Na página central desta edição, o engenheiro e empresário Ângelo Calmon de Sá relembra o seu primeiro emprego, como estagiário e o seu patrão, Dr. Norberto, “uma das pessoas que mais contribuiu, com seus ensinamentos, para a minha formação profissional”. Na página seguinte, Maria Rita Lopes Pontes, conta a trajetória de Dr. Norberto Odebrecht ao lado de Irmã Dulce, nas diversas obras do largo de Roma, no começo, ainda estudante. “Com certeza ficaria muito feliz em ver que sua primeira obra de engenharia é hoje um dos maiores centros de devoção e atração de peregrinos do Brasil”. O responsável pela comunicação e relações institucionais do Grupo Odebrecht, Marcelo Gentil assina o artigo Norberto Odebrecht: um homem á frente do seu tempo “que acreditava nas pessoas e que, com elas, queria compartilhar sonhos, desejos, riquezas, projetos e crenças”.

Pedro Daltro



Jurídico promove série de Encontros para Tomada de Decisão

Textos de Antonio Nykiel

Reforma Tributária, Lei Geral de Proteção de Dados, reestruturação empresarial, revisão de acordos judiciais e contratos de locação imobiliária em tempos de pandemia. Estes são alguns temas que já passaram pela bancada virtual da série de Encontros Integrados para Tomada de Decisão, promovida pelo Núcleo Jurídico da Associação Comercial da Bahia, todas as quartas-feiras, às 19 horas, pela plataforma ZOOM.

“A nossa ideia é apresentar sempre um tema atual e pertinente ao empreendedorismo, que resulte em uma ação concreta”, diz Paulo Cavalcanti,

vice-presidente da ACB e coordenador do Núcleo Jurídico. Projetos de Lei, certificações, cartas de recomendação e publicação de informativos são alguns dos resultados práticos já em execução pela diretoria executiva da ACB, oriundos dos Encontros.

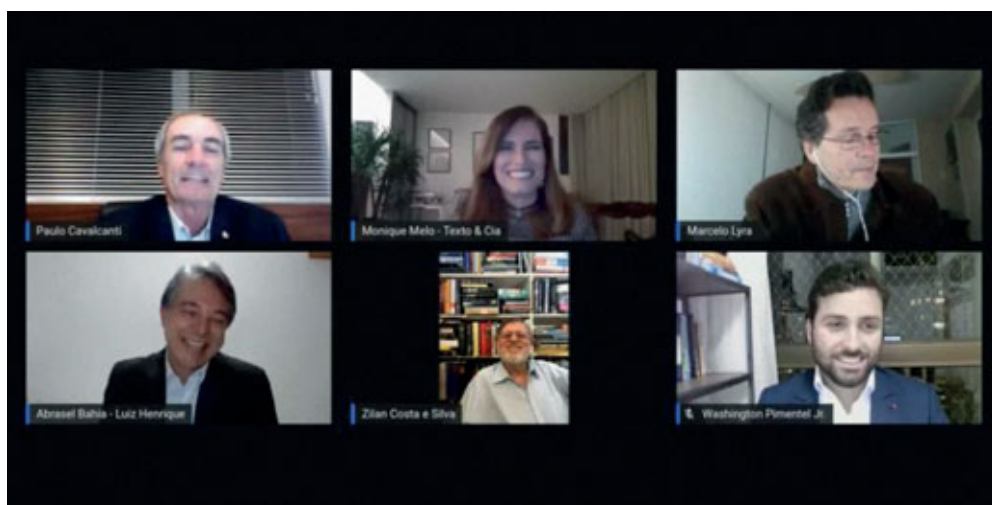
A cada semana, a iniciativa está atraindo um público amplo e diversificado, formado principalmente por empresários, juristas, jornalistas, executivos, gestores públicos e estudantes. Os conteúdos são apresentados e debatidos por nomes de destaque em diversas áreas, dentre eles, os advogados criminalistas Leonardo Bacellar e Vivaldo Amaral, a especia-

lista em compliance Olívia Pimentel, o presidente da ADEMI/BA Cláudio Cunha, a vice-presidente da OAB/BA Ana Patrícia Dantas Leão, e o juiz do Trabalho Adriano Costa, da 5a. Região do TRT.

“Além de atualizar nosso público com informações pertinentes, após cada novo Encontro Integrado sempre buscamos levar sugestões para a Executiva da casa, e com isso cumprir a missão de mudanças e melhorias no ambiente empresarial, comemora Cavalcanti”.

Mais informações estão disponíveis nas redes sociais do Núcleo Jurídico: - @nucleojuridicoacb.

Criado Núcleo de Gestão de Crise e Reputação



encontro contou com a participação de Luiz Henrique do Amaral, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel da Bahia), que falou sobre a paralisação do setor e o processo de reabertura. Mudanças no ambiente de negócios do setor, com maior engajamento humano de todos também foi abordado pelo entrevistado. “Temos acompanhado experiências extraordinárias entre colaboradores e proprietários de bares e restaurantes na busca de soluções para uma retomada segura”, disse Amaral.

O escritor e jornalista Mário Rosa, ganhador de dois prêmios Esso, foi o convidado da segunda rodada de debates. Com experiência na gestão de crise junto a empresas, políticos e personalidades, ele explicou “crises não são eventos de fora para dentro, em geral, são de dentro para fora. Nos ambientes corporativos, pesquisas mos-

Os novos ambientes midiáticos exigem preparo para os desafios da gestão da reputação de negócios e pessoas frente a possíveis crises de imagem. Diante desta necessidade, a Associação Comercial da Bahia implantou o Núcleo Empresarial de Gestão de Crise e Reputação, voltado para repassar conhecimentos e prestar orientações sobre estratégias de comunicação e gerenciamento da reputação.

Coordenado pelo empresário e advogado Paulo Cavalcanti, o Núcleo conta ainda com os conhecimentos da jornalista Monique Melo, do estrategista Marcelo Lyra, do advogado Washington Pimentel e do professor Zilan Costa e Silva. “Formamos um time multidisciplinar. Com isso, temos a real dimensão dessa relação, do dia a dia deste ambiente, e do papel de cada um dos agentes envolvidos nesse relacionamento”, justifica Cavalcanti, que também ocupa a vice-presidência da ACB.



Mesas Redondas

A primeira iniciativa do Núcleo é a realização de mesas redondas quinzenais, através de canal no YouTube, às terças-feiras, sempre às 19 horas.

Com o tema “A imagem do empresário e a pandemia”, o primeiro

tram que 70% das grandes crises são provocadas por assédio moral ou sexual, crimes do colarinho branco, alguém que não prestou atenção em alguma coisa. Prestar atenção ao dia a dia é um modelo de gestão. Subestimar os fatos é o pai de muitas crises”, explicou.

A Reforma Tributária e as Empresas do Simples Nacional



Por **Carlos Henrique Jorge Gantois**
Vice presidente da Associação Comercial da Bahia

O presente artigo dá continuidade ao trabalho do Núcleo das Micro, Pequenas e Médias Empresas da Associação Comercial da Bahia, visando a debater questões voltadas para o desenvolvimento desses segmentos empresariais, de grande relevância e capilaridade na nossa economia. Elas representam quase 99% dos negócios e são responsáveis pela maioria dos empregos gerados. Grande parte das microempresas e empresas de pequeno porte (MPEs) é optante do regime tributário do Simples Nacional. Desde a criação da Lei Geral 123/2006 e alterações posteriores, tais segmentos empresariais têm se valido dos benefícios da referida legislação que concede um tratamento diferenciado nos âmbitos tributário, de crédito, burocrático, dentre outros. Todavia, ainda existem entraves a serem superados.

O projeto de reforma tributária em tramitação na Câmara Federal (PEC 45), que tem sido objeto de debates, prevê a substituição de 05 impostos (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) por um imposto único. Como primeira etapa da reforma, o governo federal apresentou PL 3.887, visando à criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição aos impostos federais PIS/Cofins. De acordo com o governo, isto proporcionará a simplificação tributária com uma alíquota única de 12% incidente sobre a receita de faturamento, acabando com a cumulatividade tributária e dando

maior transparência. Porém existem controvérsias em relação às empresas do lucro presumido e, sobretudo, àquelas do setor de serviços, uma vez que terão seus custos majorados.

Neste cenário, é oportuno debater o que a PEC 45 estabelece para as MPEs optantes do Simples Nacional. Diversas entidades, desde antes do atual projeto de reforma, veem lutando por melhorias deste regime, a exemplo do incremento à “universalização” das atividades que podem optar pelo Simples Nacional (LC 147/2014) e a ampliação das faixas de enquadramento, atualmente restritas às empresas com faturamento anual de até R\$ 4.800.000,00, permitindo abarcar empresas de porte médio que se encontram no limbo.

Têm surgido propostas de parlamentares e entidades de classe para emendar a PEC 45, objetivando melhor contemplar as empresas do Simples Nacional. Com base na referida PEC, as empresas do Simples Nacional poderão definir como recolher os tributos que vão integrar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Para tal existem duas opções, a seguir: a primeira consiste em as empresas pagarem o IBS dentro do próprio Simples Nacional, mantendo-se a alíquota atual, sem poderem se apropriar de créditos do imposto, tampouco transferir para terceiros; a segunda resume-se em efetuar o recolhimento do IBS em separado com uma alíquota maior, mas podendo se apropriar de crédito tributário ou transferir tal crédito para as empresas que adquiram seus produtos a título de insumos. Vale assinalar que há uma proposta de emenda para conceder crédito em qualquer das opções acima. Tudo isso vai exigir mais debate e empenho, de modo a se buscar uma terceira via que configure mais avanços para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Para o deputado federal Otto Alencar Filho, membro da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal e defensor da causa das MPEs, “*torna-se imprescindível ampliar as faixas do Simples Nacional, desonerar os impostos sobre o consumo de bens e serviços e onerar, na justa medida, as grandes fortunas, a exemplo do que ocorre no sistema tributário alemão. O Brasil precisa, com urgência, retomar o caminho sustentável do desenvolvimento econômico com a devida responsabilidade socioambiental, sob a égide da democracia*”.

Enquanto finalizava o presente artigo, na data de hoje (24/09/2020), fui surpreendido com a notícia de uma descabida proposta do Ministério da Economia para se cortar atuais benefícios das MPEs do Simples Nacional, com o intuito de garantir mais recursos a serem destinados ao programa do Renda Brasil do Governo Federal. Uma medida que sangra frontalmente essas empresas, de tamanha contribuição na geração de emprego e renda para o povo brasileiro. Acredito que o Ministro Paulo Guedes não vai levar avante tal propósito. Ao contrário, aquilo de que o governo precisa é propor avanços às empresas do Simples Nacional e, não, retrocessos! O Sebrae,

inclusive, já saiu em defesa das MPEs, se opondo a referida proposta de corte, devendo contar com o apoio das organizações de classe e de parlamentares.

Enfim, clama-se pelos necessários avanços do Simples Nacional através da reforma tributária ora posta no Congresso Nacional. Espero que as entidades de classe sejam firmes, e os nossos parlamentares tenham a sensibilidade de propiciar uma reforma que reduza a efetiva carga tributária e simplifique a atual legislação, possibilitando o fomento das MPEs, sem perder de vista as médias e grandes empresas. É incontestável a suma importância do setor empresarial como força motriz para o desenvolvimento nacional.

[Núcleo]

Projeto de Lei contra criminalização da dívida do ICMS

O deputado federal Marcelo Nilo participou de reunião virtual com dirigentes da Associação Comercial da Bahia no 14 de agosto, quando lhe foi entregue a minuta do Projeto de Lei elaborado pelo Núcleo Jurídico da casa a respeito da não criminalização da dívida declarada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Estamos aqui para buscar o seu apoio na defesa desta bandeira no Congresso Nacional”, justificou Mário Dantas, presidente da ACB.

Como pontuou Paulo Cavalcanti, coordenador do Núcleo Jurídico da entidade, trata-se de uma pauta que preocupa todo o setor produtivo do país. “Precisamos de uma Lei objetiva e eficiente, que combata o ativismo judicial e suas implicações na geração de emprego, renda e tributos. Por isso queremos contar com o apoio dos parlamentares nesta luta”, conclamou.



“Este é um tema polêmico e que precisa ser tratado com coerência. Vou estudar o Projeto com muita atenção e, diante das minhas possibilidades, podem ter a certeza que irei defendê-lo, se assim for possível”, avaliou o deputado Marcelo Nilo.

Como ressaltou o advogado Vi-

valdo Amaral, um dos responsáveis pelo texto do Projeto, a Lei apresentada visa única e exclusivamente fazer justiça, sobretudo com quem não é criminoso. “Buscamos apenas corrigir as medidas inconstitucionais que vem sendo adotadas pelo Poder Judiciário”, ressaltou.

A reinvenção é inevitável

FOTO: DARIO G. NETO - ASN Bahia



Jorge Khoury, Diretor Superintendente do Sebrae Bahia

“As grandes e pequenas empresas, vão precisar das micro e pequenas para poder prestar serviços a eles em habilidades que antes eram contratados pra fazer”

O trabalho home office vai continuar mesmo após o término da pandemia. A reinvenção do negócio não tem como não ter. A opinião é do superintendente do Sebrae, Jorge Khoury, em entrevista ao jornal Tribuna da Bahia.

Com o trabalho “vão diminuir os custos fixos de empresas que estavam alugando não sei quantos imóveis e tal. Vai ficar apenas o que tem que ter o presencial. Ficou claro que na pandemia que é possível trabalhar em home office com resultados iguais ou até melhores.

Então a ideia da reinvenção é uma verdade. Se ainda não trabalha com vendas on line, delivery, essa é a hora de implantar o serviço. A presença do digital deixa de ser uma tendência para ser uma necessida-

de. É o momento agora de poder ir buscar essa condição, para quando tiver tudo tocando de uma maneira tranquila. Os que não puderam agora, vão precisar esperar um pouco a retomada das coisas. A outra coisa é a adequação, com proteção e segurança para o cliente. Proteção da equipe. Tem alguns produtos, como alimentos, que precisam ter cuidados de transporte para manter a boa aparência e sabor. Manter a qualidade. Mais do que nunca a informação nesse novo momento já era e vai continuar sendo importante. O empresário vai ter de se adequar ao novo tempo. Não tenho esse número aqui fechado, mas de janeiro para março, mensalmente, tivemos cerca de 20 mil consultas sobre esse problema da pandemia. Na metade de março, quando começou

o problema, já atingimos 20 mil. Já de março para junho atingimos em torno de 25 mil. Na Bahia, segundo o último levantamento, são 561.794 de MEIs. E o número de micro e pequenas empresas 262 mil no Estado. Somando isso, são quase 800 mil unidades de produção sem trabalhar. Sem falar os profissionais não legalizados. E tem também a questão do desemprego. Os métodos mudaram. Quem estiver em serviço, vai continuar tendo. Mas o formato do serviço, com emprego em carteira assinada, vai ser substituído em muitos casos”.

“Não estou falando que vai acabar o emprego”. E prosseguiu: Estou falando que muitos que estão desempregados hoje vão ter dificuldade em voltar. Então, as grandes e pequenas empresas, vão precisar das micro e pequenas para poder prestar serviços a eles em habilidades que antes eram contratados pra fazer. E as médias empresas vão precisar também do MEI para prestar serviço. Então, o que eu quero dizer, é que não vai deixar de ter a atividade. No entanto, acontecerá de outra forma”

Novas ferramentas

Em outro trecho, falando sobre a utilização das ferramentas digitais, pelos empresários, disse Jorge Khoury. “O WhatsApp, tem sido a ferramenta número 1 do trabalho deles. A ideia de entrar em plataformas e de ter alternativas que sejam mais ágeis ainda não estão na velocidade que poderiam ter. Costumo dizer que a gente, no Sebrae, com a estrutura que nós temos em todas as instituições do país, estamos trabalhando com a questão digital nesse período de pandemia”.



Maquete de Salvador em exposição na ACB

A Associação Comercial da Bahia abriu as portas do seu salão nobre, na manhã de 20 de agosto, para os integrantes da sua Diretoria Executiva, à frente seu presidente, Mário Dantas, recepcionarem o prefeito ACM Neto para abertura da exposição e início do processo de tombamento da maquete da Cidade de Salvador. A amostra permaneceu durante o mês de setembro.

Nos agradecimentos, por ofício, dirigidos ao presidente Mário Dantas, Tania Scofield Almeida, destacou: “o resultado foi excelente, tendo sido a Maquete apresentada na sua integralidade ao Prefeito de Salvador, aos conselheiros e conselheiras do patrimônio cultural e ao público em geral, tendo como cenário um dos

mais relevantes e belos monumentos da arquitetura brasileira, muito bem conservado pela Associação Comercial da Bahia”

O processo de tombamento da maquete, por indicação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), ficou a cargo do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ligado à Fundação Gregório de Mattos (FGM).

“Quando chegamos à prefeitura – disse Neto – essa maquete, que é conhecida por poucas pessoas, estava abandonada e desmontada em um porão da secretaria. Pois, nós fizemos a atualização e agora iniciamos o processo de tombamento que, não tenho dúvidas, vai se concretizar, devido à magnitude e impressão visual que ela

causa. Também vamos definir, após esse período de pandemia, um local onde ela poderá ser exposta de forma permanente”.

Para Eduardo Moraes de Castro, presidente do IGHB, a solicitação do tombamento da Maquete de Salvador está sendo feita por se tratar de um documento de registro atual da cidade em escala reduzida e de uma técnica artesanal de produção de maquetes, “Será um registro onde muitas histórias deverão ser contadas a partir dela”, pontuou EMC.

Representação tridimensional da capital baiana na escala 1/2000, a maquete Salvador começou a ser elaborada na década de 1970, pelo arquiteto Francisco de Assis Couto Reis.

Os 90 anos da guardiã da liberdade de imprensa na Bahia



Por: **Vivaldo Amaral**
Presidente do Centro de Estudos Jurídicos Vivaldo Amaral e membro do Conselho da Câmara de Conciliação e Arbitragem da ACB

A imprensa representa os olhos e ouvidos da sociedade e se constitui num um dos grandes pilares da democracia. E para exercer esse papel é imprescindível uma imprensa livre. Estamos, infelizmente, em pleno século XXI, vivendo possíveis ameaças à liberdade de expressão e à democracia.

Durante toda a história da humanidade, governos autoritários censuraram à imprensa, não permitindo que a sociedade tivesse direito à informação independente e imparcial. Afinal, com informações se constrói o discernimento crítico e assim o cidadão não se torna uma “peça” passível de manipulação.

Pois um dos papéis da imprensa é fazer o cidadão pensar e, assim, conscientizar as pessoas. Uma democracia de verdade, portanto, incentiva a liberdade de imprensa. É neste contexto que surgiu, há 90 anos, a Associação Baiana de Imprensa (ABI), no dia 17 de agosto de 1930. Exatamente para defender a liberdade de expressão e zelar pelo respeito às leis estabelecidas.

A ABI é uma instituição sem fins lucrativos e foi fundada pelo Altamirando Requião (1893-1989). O atual presidente é o jornalista Walter Pinheiro.

A ABI surge com a missão de promover o fortalecimento da atividade jornalística, defender a livre manifestação do pensamento, observando completa neutralidade em face de competições político-partidárias ou de caráter religioso. Em todos esses anos, os fatos mais relevantes ocorridos em nosso estado passaram pela entidade, que acompanha as transformações sociais, políticas e econômicas da Bahia e do Brasil.

A Associação travou grandes batalhas ao longo da sua história. A luta em defesa à democracia permanece viva e, recentemente, a ABI presenciou recentemente mais um capítulo da história de ameaças, como a proposta de lei que tramitou no Congresso Nacional, já conhecida como “Lei da Mordança”, com a intenção de criar obstáculos à liberdade de informação.

Venho aqui homenagear a ABI pelos serviços prestados à Bahia e a imprensa baiana durante esses quase um século de atuação, em prol da liberdade de expressão e respeito às leis. Transmito meus préstimos ao presidente da entidade, Walter Pinheiro, pelo trabalho que desempenhou, com sua experiência, competência e ética profissional.

Viva a ABI, a liberdade de imprensa e o Estado de Direito!



ABI comemora 90 anos inaugurando novo museu

Fundada em 1930, a Associação Baiana de Imprensa completou no dia 17 de agosto 90 anos. Para assinalar o acontecimento, a entidade inaugurou, em sua sede, o novo Museu da Imprensa. Destacou o então presidente Walter Pinheiro. “É um lugar onde a pessoa vai se inteirar do que é a imprensa e da evolução dessa instituição. A Bahia chegou a ter 50 publicações diárias e as notícias chegavam pela mídia impressa.

Presidiram a ABI nestes 90 anos, Altamirando Requião, Ranulfo Oliveira, Jorge Calmon, Afonso Maciel Neto, Samuel Celestino e Walter Pinheiro.

Novos dirigentes - A instituição no dia 31 de agosto elegeu a diretoria para o biênio 2020-2022, presidida pelo jornalista Ernesto Marques. Foram reconduzidos na direção da ABI, os diretores da Associação Comercial da Bahia, **Joaci Goes**, do Conselho Superior e **Pedro Daltro** e o colaborador da Revista ACB, **Luiz Guilherme Pontes Tavares**.



Ernesto Marques, assumiu a ABI

ACB cria grupo para defender a Função Social da Empresa

A Associação Comercial da Bahia anunciou a implantação do Grupo Especial de Defesa da Função Social da Empresa (GEDE). A finalidade é estabelecer relações mais próximas e equilibradas entre entidades empresariais e órgãos públicos de controle e fiscalização.

O projeto é uma ação do Núcleo Jurídico da ACB, coordenado pelo empresário e vice-presidente da entidade Paulo Cavalcanti, e conta com especialistas de diversas áreas do direito, como Fábio Periarro, Fernando Neves, José Sobreira, Leonardo Bacellar, Marcelo Nogueira Reis, Pedro Dórea, Rafael Figueiredo, Sebastian Mello, Vivaldo Amaral e Washington Pimentel Jr.

Como aponta Cavalcanti, a existência de uma Lei específica de recuperação judicial deixa evidente que

as empresas são instrumentos necessários para o desenvolvimento social do país e precisam ser resguardadas. “O bom empresário, aquele que gera bens para a nação de forma honesta e transparente, merece ser tratado de forma diferente de quem age com dolo ou má fé”, detalha.

Advogado especialista em reestruturação empresarial e recuperação judicial, Washington Pimentel defende a criação do Grupo como um mecanismo que busca por proteção do ambiente empresarial com segurança jurídica e políticas públicas. “A empresa é um organismo vivo e transformador. Nasce a partir de uma atitude ousada do empresário, que assumindo o risco da atividade, propõe mudar profundamente a dinâmica da vida em sociedade, impactando a forma de se viver, pensar e existir”, pontua.

O advogado Pedro Dórea, atual presidente do Conselho Consultivo da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da ACB, avalia a criação do GEDE como uma justa reivindicação do setor produtivo baiano. “Busca estabelecer uma interlocução ética e um compromisso interinstitucional entre as empresas e o Estado brasileiro, na busca de uma Bahia e um país econômica e socialmente mais justo para todos.”

“O GEDE chega com a melhor das intenções. Com ações proativas e objetivas, visa permitir ao empresário um ambiente saudável e seguro para o exercício da sua atividade como fonte de produção de riqueza, em atendimento aos princípios da ordem econômica constitucional”, comemora o especialista em direito imobiliário José Luiz Sobreira.

“ACB em Foco” no jornal A Tarde



Em edição do dia 23 de setembro, quarta-feira, o jornal A Tarde publicou a coluna “ACB em Foco”. A partir daí, todas as quartas-feiras, A Tarde vai trazer a coluna divulgando a atuação da entidade e as suas ações.

Para falar sobre a parceria, o presidente do grupo A Tarde, João Melo Leitão, participou da videoconferência promovida pelo Núcleo Jurídico da ACB, no dia 23, que contou com as presenças dos diretores da entidade, quando foram apresentadas as iniciativas entre a ACB e a empresa de comunicação, dentre as quais a coluna “ACB em Foco”.

O presidente João Melo Leitão assim expôs sua satisfação em se aproximar da ACB. “É um privi-

“A história do empresariado baiano se passou dentro do nosso salão nobre e precisamos redirecionar todos os holofotes para nossa casa”

légio esta parceria com a Associação Comercial da Bahia. São duas casas centenárias que se unem para atuar pelo empresariado. Esta é uma bandeira muito forte para nós e publicar a coluna “ACB em Foco”, com conteúdo voltado para o empresariado local, vai ser de suma importância nesta empreitada”, comemorou Leitão.

O presidente da ACB, Mário

Dantas, agradeceu o apoio recebido do Grupo A Tarde e destacou o espaço como mais uma ferramenta para promover o diálogo entre os setores público e privado. “O legado que a atual diretoria executiva quer deixar é uma Associação Comercial agregadora, que represente todos os empresários do estado. A história do empresariado baiano se passou dentro do nosso salão nobre e precisamos redirecionar todos os holofotes para nossa casa”, complementou Mário Dantas.

Vice-presidente e coordenador do Núcleo Jurídico da ACB, Paulo Cavalcanti destacou a parceria como um significativo apoio no processo de retomada do protagonismo da Associação Comercial da Bahia.

41 anos cumprindo seus objetivos



Texto de Pedro Daltro

Centro de referência para empresários, governantes e pesquisadores, a Fundação Instituto Miguel Calmon de Estudos Sociais e Econômicos (IMIC) está completando 41 anos. Criada na gestão do empresário Rubens Lins Freire de Araújo na presidência da Associação Comercial da Bahia com o objetivo de classificar e analisar informações básicas de natureza socioeconômica.

Nesses 41 anos de existência, o IMIC tem realizado estudos os mais variados, a exemplo da importância da fabricação da celulose no desenvolvimento da Bahia, a questão tributária na receita do Estado, diagnóstico e perspectivas da indústria petroqui-

mica, transposição do Rio São Francisco, a defesa do Projeto Porto Sul, a transferência da gestão do Porto de Aratu para o setor privado e, mais recentemente, o trabalho “IMIC - Arena Fonte Nova. Estudo sobre o impacto econômico e social”

IMIC. Uma homenagem a Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho

O patrono

O IMIC é uma homenagem ao educador e empresário Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho,

presidente da Associação Comercial da Bahia entre 1949 e 1951.

Exerceu posições de destaque no cenário nacional: deputado federal, ministro da Fazenda, diretor-presidente do Banco Econômico da Bahia, catedrático da Escola Politécnica da Bahia e Reitor da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Mantenedores

Além da Associação Comercial da Bahia, são seus mantenedores:

- Universidade Federal da Bahia
- Federação do Comércio
- Federação da Agricultura
- Federação das Indústrias
- Refrigerantes da Bahia

Bahia deixa de gerar empregos e arrecadar R\$ 300 milhões por ano com atrasos da Fiol

Foto: Arisson Marinho



Texto de Antonio Carlos Marcial Tramm (*)

A mineração, junto com o agro-negócio e a agricultura familiar, são atividades que podem colaborar ativamente com o desenvolvimento econômico no interior da Bahia. Somos um estado com subsolo rico, diverso e já muito bem estudado pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), ao longo dos últimos quase 50 anos. Temos potencial, minérios de qualidade e mão de obra qualificada para passar o estado de São Paulo e nos tornarmos o terceiro maior estado em mineração, ficando atrás apenas de Pará e Minas Gerais. No entanto, a Bahia ainda não deu um novo salto na exploração mineral por falta de logística, por falta da Fiol.

A Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) foi planejada para ligar o Porto-Sul, em Ilhéus, a Figueirópolis no Tocantins, sendo dividida em três etapas. A primeira de Ilhéus a Caetité, a segunda de Caetité a Barreiras e a terceira de Barreiras a Figueirópolis. O estudo inicial para implantação começou em 2008 e as obras do

trecho 1 foram iniciadas em 2011, com conclusão prevista para 2014.

Passados nove anos de obras, os trechos 1 e 2 estão, respectivamente, 78% e 47% concluídos. O trecho três ainda está no papel. Pelos mais de 1 500 km de trilhos que tiveram as obras iniciadas, já deveriam estar passando, dentre outros, o minério de ferro de Caetité, o algodão de São Desidério e a soja de Barreiras.

Já temos até uma mineradora instalada em Caetité, a Bamin, que investiu R\$ 10 milhões e está pronta para produzir minério de ferro para exportação. A produção estimada para 2020 seria de 20 milhões de toneladas. Apenas de CFEM, a contrapartida pela exploração de recursos minerais, a empresa pagaria R\$ 316 milhões, dos quais, R\$ 190 milhões (60%) ficariam para o município. Em vez disso, o CFEM destinado a Caetité em 2020 deve ficar em torno de R\$ 100 mil.

Ainda sobre a Bamin, a mineradora estima gerar 1.225 empregos, sendo 350 diretos e 875 indiretos.

Estes são números de uma única empresa, em um único município. Se considerarmos que a ferrovia passa por 30 municípios baianos, o potencial para geração de emprego e renda é imensurável.

E o que falta para concluir a Fiol?

Se a Fiol tem demanda, carga garantida e investimentos assegurados, por que a obra não termina? Esta é a pergunta que todos os setores produtivos baiano deveriam estar fazendo ao ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União. Ele é relator do processo TC 039.356/2019-1, que há mais de dois anos tramita no tribunal e é pré-requisito para que seja licitada a continuação das obras do trecho 1.

Nós aqui da CBPM já mandamos ofício ao ministro Fazendo esta pergunta. Assim como o vice-governador João Leão, as federações baianas das indústrias, comércio e agricultura, prefeituras e deputados. Cedraz informou ao jornal A Tarde, segundo matéria publicada no último dia 4 de setembro, que “existem pontos não esclarecidos para o Tribunal” e que “o açodamento das análises conduzidas pelo TCU pode resultar em indesejáveis gargalos logísticos”.

Entendemos e respeitamos a fundamental importância dos tribunais de contas para a transparência das contas públicas. Mas, excelentíssimo ministro, já se vão dois anos. A Fiol é, sem sombra de dúvidas, o mais importante instrumento gerador de emprego e renda na Bahia deste século. Quem tem fome tem pressa.

(*) Antonio Carlos Marcial Tramm é presidente da CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral.

PARAMANA

Baía de Todos os Santos inspira bebidas destiladas



Berço cultural e patrimônio natural do Brasil, a Baía de Todos os Santos é fonte inesgotável para a criatividade do nosso povo. Manifestações artísticas, rica culinária, cenários encantadores, arquitetura singular e gente acolhedora. Agora, toda esta riqueza é também a inspiração para uma nova marca baiana: a Paramana Indústria e Comércio de Bebidas.

Criada em 2017, a empresa vem se destacando com a produção de destilados com padrões de qualidade internacionais. Atualmente, seu portfólio conta com oito cachaças de alambique com a marca “Maria Guarda” e dois gins com a marca “Paramana”, ambas em homenagem a praias da Baía de Todos os Santos. A Paramana pretende aumentar a sua lista de produtos até o final de 2020, incluindo uma vodka e um rum.

Aproveitando o momento em que as bebidas destiladas voltaram a figu-

rar entre as preferidas dos brasileiros, a Paramana buscou nos atributos tropicais do Brasil a inspiração para criar bebidas com uma explosão de aromas e sensações marcantes. “Nossa proposta é oferecer uma experiência diferenciada e utilizar esse viés tropical do nosso país na composição dos sabores”, conta o empresário soteropolitano Paulo Sérgio França Cavalcanti, um dos sócios da marca.

Um dos destaques é o Paramana London Dry Gin, que tem como principais botânicos o coentro, o alcaçuz, a angélica e o zimbro, resultando em uma bebida equilibrada e cheia de personalidade, perfeita para ser ingerida pura ou em drinks. A marca apresenta também o Gin Paramana Isle, que contém aromas e sabores suaves e equilibrados. Com notas florais e cítricas, a bebida traz a canela em sua composição, tornando-a ideal para drinks de rápido preparo, como o tradicional gin-tônica.

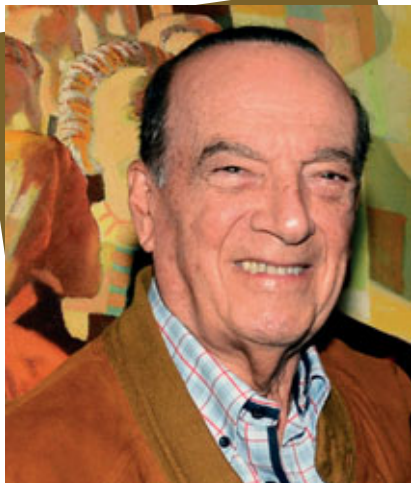
“O nome do gin é em homenagem à praia de Paramana, que fica na Ilha dos Frades, e a logomarca, o Guará Vermelho, é uma ave típica da região”, conta o empresário.

Para os apreciadores de uma boa cachaça, a marca apresenta a Maria Guarda. São oito cachaças de alambique, genuinamente nacionais, em dois sabores: Tradicional e Amburana. “A Maria Guarda homenageia a ilha de mesmo nome, no município de Madre de Deus, ao norte da Baía de Todos os Santos. A valorização dos atributos da nossa terra fazem parte das diretrizes da empresa e estão presentes em toda a concepção da marca.”, detalha Cavalcanti.

Atualmente, a Paramana Indústria e Comércio de Bebidas conta com três centros de distribuição estrategicamente localizados que garantem atuação nacional. Em Salvador, as bebidas são encontradas em lojas como G Barbosa, Deli&Cia, Almacem Pepe, Perini, Companhia da Cachaça, Ferrero, Al Mare, Gattai, Barraca do Loro, dentre outros. Em São Paulo, são mais de 300 PDVs através de parceria com a rede Pão de Açúcar e Extra, além da presença em aeroportos através das redes Dufry e Hudson, vitrines para os planos de internacionalização que já estão engatilhados para 2021.

Mais informações estão disponíveis nas redes sociais @cachacamariaguarda @paramanagin @paramanabrasil ou pelos sites www.paramanagin.com.br e www.mariaguarda.com.br.

100 ANOS



Por **Ângelo Calmon de Sá**
Membro do Conselho Superior da ACB

A primeira pessoa que me falou sobre o Engenheiro Norberto Odebrecht, quando eu era ainda rapaz, no começo dos anos 50, foi meu pai, relatando uma atitude extremamente nobre do grande empresário baiano. Contou-me ele que o Engenheiro Norberto Odebrecht pediu uma reunião com a Companhia de Seguros Aliança da Bahia, para tratar do pagamento de promissórias emitidas pela empresa de seu pai, Emilio Odebrecht, por este avalizadas. No encontro com Norberto Odebrecht, a Diretoria da Companhia de Seguros Aliança da Bahia estava representada por seus Diretores, Presidente Pamphilo de Carvalho, Diretor Secretário Francisco de Sá e Diretor Tesoureiro Anísio Massorra. Dr. Norberto, que havia construído sua própria empresa alguns anos antes, em 1947, a Norberto Odebrecht Construtora Ltda., propôs substituir as promissórias da empresa de seu pai por promissórias de sua empresa, com seu

próprio aval, assumindo, assim, o compromisso de liquidar a dívida de seu pai. A Diretoria da Aliança discutiu as condições e ficou acertada a troca, e as antigas promissórias foram posteriormente liquidadas, pontualmente, nos respectivos vencimentos.

Meu pai destacou, na época, que o Engenheiro Norberto Odebrecht, com sua nova empresa, havia desenvolvido métodos de engenharia que aceleravam o prazo de construção dos edifícios comerciais, com custos mais baixos, tendo-me citado o Edifício Cruz, na Cidade Baixa que, tendo dez andares, teria sido concluído em menos de um ano. Acrescentou que, com isso, a nova construtora estava tendo sucesso em concorrer com empresas tradicionais no mercado, como a Christiani Nielsen, Construtora Nacional e CONCIC Engenharia.

Alguns anos depois, como estudante de engenharia, ingressei na Construtora Norberto Odebrecht em 02 de janeiro de 1956, como estagiário, nas obras do Edifício Suerdieck, cujo encarregado da construção era o mestre Alfredo Nascimento. Iniciei os meus trabalhos como auxiliar de apontador. De auxiliar de apontador, fui promovido a apontador, depois fui auxiliar de almoxarife e, em seguida, a assistente técnico de engenharia. Nesse período, conheci pessoalmente o Engenheiro Norberto Odebrecht, para mim, Dr. Norberto, que, sem dúvida alguma, tornou-se uma das pessoas que mais contribuiu, com seus ensinamentos, para a minha formação profissional.

Nas conversas, mesmo as mais rápidas que tivemos, ele sempre tinha uma lição a me dar. Lembro-me bem quando ele me disse: - “Meu filho, nunca deixe para amanhã o que você pode fazer hoje”. Com mais ou menos

um ano do meu trabalho, fui chamado por Dr. Norberto a comparecer ao seu escritório e lá, para minha surpresa, ele me deu o primeiro desafio como gerente, dentro da empresa. Ele me explicou que a empresa que alugava as máquinas auxiliares de construção, betoneira, guincho etc., para a Odebrecht, chamada Simla, era de propriedade conjunta da Construtora e do Sr. Almiro Pedreira e que ele havia acabado de comprar a parte do Sr. Almiro e queria que a empresa fosse incorporada à Odebrecht, com seus ativos e todos os empregados. Eu declarei a Dr. Norberto que o novo encargo era um desafio muito grande para mim e que eu não tinha experiência suficiente para realizar a tarefa. Ele me respondeu: - “Você tem todas as qualidades necessárias: é trabalhador, honesto, inteligente e tem bom caráter. Você terá na empresa duas pessoas mais experientes que vão lhe ajudar: Sr. José Santos que é o chefe da oficina e o Sr. Manoel Caetano, que é o gerente administrativo, pessoas da minha mais absoluta confiança. Agora mãos à obra, me disse ele.” Saí do seu escritório feliz com a confiança que ele me depositava, mas preocupado com o desafio.

Como Dr. Norberto previra, tivemos sucesso total na incorporação da Simla e dos seus funcionários, tendo ele decidido que nos instalaríamos num galpão industrial, no bairro do Retiro, onde foi também instalada a central de corte e dobra-gem dos vergalhões a serem utilizados nas estruturas dos edifícios comerciais que estivessem em construção pela empresa, na Cidade de Salvador. A partir de então, Dr. Norberto todo sábado à tarde ia ao Retiro para me dar orientações e verificar o andamento de todo o trabalho que lá se desenvolvia. Nesse período, aprendi com ele duas lições extremamente

importantes na minha formação para me tornar um bom administrador. Vou relatá-las: numa das suas visitas, ele me pediu que eu preparasse uma betoneira completa para que Manoel Rodrigues, mestre de uma obra importante em Salvador, a pegasse na segunda-feira às 2 horas da tarde, isso foi num sábado à tarde. Na segunda-feira pela manhã cedo, a betoneira estava pronta para ser embarcada.

“Meus dez anos de Odebrecht foram anos de muito trabalho e muitas alegrias. Lá, eu cumpri o velho ditado de que, quem trabalha, deixa o couro e leva o ouro”

Ainda nessa segunda-feira, Dr. Hélio Fontes, engenheiro antigo e supervisor de diversas obras, inclusive pontes, chegou ao meu escritório no Retiro, pedindo-me imediatamente, já com o caminhão na porta, que ele precisava urgente de uma betoneira para a concretagem da laje de uma ponte, para que ele pudesse fazer a medição e cobrar a fatura. Eu lhe informei que a betoneira que ele estava vendo iria para Manoel Rodrigues, passando ele, então, a argumentar que era mais importante para a construtora que eu lhe entregasse a betoneira, pois isso traria mais benefícios para a empresa. Na minha inexperiência e juventude, caí no conto dele e lhe entreguei a betoneira.

As 14h, chegou Manoel Rodrigues, procurando a betoneira que lhe era destinada. Expliquei o que acontecera, ele deu uma risada e saiu. Meia hora depois, recebi um telefonema de Dr. Norberto com as seguintes lições: – “Se você quer ser um bom gestor de qualquer empresa, não permita que um chefe e um auxiliar assumam um compromisso mútuo e

que esse compromisso possa ser quebrado por um ou pelo outro, sem que haja uma nova conversa prévia sobre se isso pode ser feito. Sem respeito a essa regra, não há administração que funcione bem. Antes de concordar com Hélio, você devia me ligar para saber se eu concordava em quebrar o compromisso que tínhamos assumido. Esta foi sua primeira falha, não repita. Segundo, você acreditou que Hélio, que tinha uma visão parcial da empresa, poderia saber mais do que eu o que era melhor para a empresa.” Ouvi com atenção e gravei a lição para o resto da vida.

De outra feita, também em um sábado, ele me pediu para preparar, com sobras de vergalhões, três âncoras ganchos, deu-me o desenho e explicou: – “Você conhece aquela lagoa na fazenda Contendas, e descobrimos que a melhor maneira de limpar sua superfície das plantas aquáticas, era levar num barco essa âncora com uma corda, cravá-la nas plantas aquáticas, ir para a margem da lagoa e puxar a corda. Entendi tudo, pois conhecia a lagoa e me lembro que desci, dei o desenho ao ferreiro Aloisio Cruz, que me disse não haver problema para rapidamente fazer as âncoras e que ele faria isso. Na segunda-feira, quando o caminhão chegou, elas já estavam prontas desde o sábado e foram logo embarcadas para Contendas.

Três semanas depois, num sábado, Dr. Norberto, lá chegando, me perguntou: – “Ângelo, eu ainda não recebi a nota com o valor que devo pagar pelas âncoras que você fez aqui”. Eu disse, – “Ora, Dr. Norberto, foram sobras de vergalhões que iam para o ferro velho e Aloisio gastou muito pouco tempo para fazê-las.” Ele então me disse: – “Eu sou o acionista controlador da empresa, mas não sou o único dono, não tenho o direito de usar nada da empresa sem pagar pelo que estou usando. Favor emitir a nota e mandar para o escritório”. Foi uma bela lição de ética que recebi.

Depois da minha passagem pelo departamento de máquinas, fui de-

signado por Dr. Norberto como chefe do departamento de recursos humanos. De lá, passei a ser dirigente de obras e recebi a responsabilidade de dirigir duas das primeiras obras importantes que a Odebrecht ganhou em concorrência do Governo Federal, a Barragem de Pedras, no Rio de Contas, perto de Jequié e a obra de construção do Cais do Dique Seco, na Base Naval de Aratu, para o Ministério da Marinha.

Posteriormente, assumi a função de Assistente do Diretor Financeiro Dr. Nilo Pedreira e, pouco tempo depois, cheguei à função de Diretor Financeiro. Trabalhei na construtora durante dez anos, tendo trabalhado todos os sábados, quase todos os domingos, tendo tido apenas duas férias, uma de três dias para a minha lua de mel, em 1962, e umas férias completas em 1966. Fui convidado, ainda em 1966, pelo Governador Lomanto Junior para assumir a Superintendência do Centro Industrial de Aratu, com o que Dr. Norberto concordou.

Meus dez anos de Odebrecht foram anos de muito trabalho e muitas alegrias. Lá, eu cumpri o velho ditado de que, quem trabalha, deixa o couro e leva o ouro. Recebi excelentes gratificações em ações da Odebrecht, que me permitiram, ao final de dez anos, ser um acionista da empresa, embora pequeno, mas importante.

Devo muito do que sou, portanto, ao Dr. Norberto.

Tive o prazer de, depois de trabalhar na Odebrecht, conviver com o Dr. Norberto nas Obras Sociais Irmã Dulce, eu, como Presidente do Conselho de Administração e ele, como Vice Presidente da OSID e juntos, com Irmã Dulce, Prof. Calmon dos Passos e outros companheiros, criamos a Fundação Irmã Dulce.

Dr. Norberto foi o primeiro empresário a apoiar Irmã Dulce nos seus trabalhos e, em todas as obras que realizou para Irmã Dulce, nunca cobrou taxa de administração, nem qualquer remuneração pelos inúmeros projetos.

Um homem à frente do seu tempo

FOTO: ULISSES DUMAS



Por: **Marcelo Gentil**
Responsável por Comunicação e RI da Odebrecht S/A
para o Nordeste

Norberto Odebrecht nasceu em outubro de 1920. Sempre foi um homem discreto, avesso às homenagens, que preferia o trabalho às celebrações. Entretanto, o centenário de seu nascimento é um bom motivo para refletirmos sobre o legado que deixou.

O êxito nos negócios e a trajetória do Grupo Odebrecht, que teve origem na pequena construtora que fundou na Bahia aos 24 anos, são motivos suficientes para que seja visto como um líder empresarial ousado, competente, trabalhador, visionário e sensível.

São atributos incontestáveis, sem o quais não teria feito o que fez. Porém, acima deles está o que o distinguiu de forma absoluta: ser um educador humanista à frente do seu tempo, que acreditava nas pessoas e que, com elas, queria compartilhar sonhos, desejos, riquezas, projetos e crenças.

Dentre os sonhos, o que predominava sobre todos os demais era a construção de uma organização empresarial que funcionasse como uma sociedade de confiança: sem controles e sem hierarquias. A hierarquia, ele dizia, está no cliente, não na diretoria da empresa. Os controles seriam dispensáveis para pessoas que assumem responsabilidades, cumprem seus deveres e alcançam seus resultados por adesão

FOTO: EDUARDO MOODY



a princípios, valores e crenças, não por obediência, coerção ou medo impostos por normas e regras.

Baseado nessas convicções, ele concebeu uma estrutura horizontal para sua companhia – ideia que acaba de chegar às agendas dos especialistas que começam a pensar na (re)organização do mundo pós-pandemia.

Precisamos mudar – deixando de ser verticais para horizontalizar as relações na família, na empresa, na sociedade é o que psicanalistas e sociólogos estão a propor 70 anos depois de Norberto conceituar essa forma de organização e praticá-la integralmente. O mundo não funciona em pirâmides, costumava dizer: “Essa forma contraria as leis da natureza.”

Humanista e não raras vezes utópico, entendia que a responsabilidade primordial do empresário é transformar o mundo, respeitando a natureza, tendo o ser humano como o centro de todas as coisas, repartindo com a comunidade parte dos resultados que a atividade empresarial gera – visão que se configura em iniciativas concretas de ação social que liderou, mais de 50 anos atrás. Em 1965, criou a Fundação Odebrecht, uma instituição pioneira no Brasil e que tem uma tecnologia social com potencial de escalabilidade em comunidades com baixos índices sociais Brasil afora. Sensível às artes, sempre apoiou a cultura, na Bahia e onde o Grupo Odebrecht esteve e está, desde 1959, com o primeiro patrocínio cultural.

Na década de 1970 ele definiu: pessoas não são recursos. Recurso é o que se usa e se consome. Pessoas são pessoas, não são utensílios. No jargão da administração de “recursos humanos” no Brasil essa mudança de conceito só foi adotada no século XXI.

Quando a palavra sustentabilidade ainda não fazia parte de nosso vocabulário, ele apontava em seus escritos mais remotos: “O rumo de nossa empresa será Sobreviver, primeiro; depois Crescer, para, enfim, se Perpetuar, o que pressupõe ser sustentável ambiental, social e economicamente.”

Uma equação simples, mas só possível de ser concebida por alguém capaz de ver antes, ver longe e se antecipar às mudanças que o futuro sempre nos reserva – como ele sempre fez. Como dizia Norberto Odebrecht: “Até aqui o passado, vamos ao futuro.”

O construtor de Santa Dulce

Por Maria Rita Lopes Pontes (*)

Corria o ano de 1942. O engenheiro Emílio Odebrecht foi convidado pelo Frei alemão Hildebrando Kru-thaup, a realizar as obras de recuperação do Colégio Santa Bernadete, pertencente à Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe Deus. Quis o destino que o Dr. Emílio designasse seu filho, o então estudante de engenharia, Norberto Odebrecht, para executar o referido trabalho.

Foi exatamente nesta nobre missão de atender as religiosas do Santa Bernadete, que Dr. Norberto conheceu Santa Dulce, que dava aula de Geografia naquele colégio e, por ordem da madre geral, foi a pessoa indicada pela interlocução com a empresa de engenharia responsável pela reforma. Neste contexto, uma relação de confiança, respeito e admiração começava a surgir entre os dois jovens.

Passaram-se dois anos até que Norberto, engenheiro recém-formado, recebesse do seu pai um novo e grande desafio: a construção da nova sede do Círculo Operário da Bahia. “Foi a minha primeira experiência como construtor, em circunstâncias especiais”, ele me disse certa vez.

O Círculo Operário não tinha dinheiro para fazer a obra. O contrato foi feito por prestação de contas semanais. O Círculo emitia uma nota promissória que era descontada no Banco Mercantil Sergipense, que por sua vez, acertava com o Banco



do Brasil para abrigar o montante na carteira de redesconto.

Até que houve mudanças na gerência do Banco do Brasil e a transação não pôde mais ser efetuada.

Mas aí as obras já estavam praticamente concluídas e puderam contar com o apoio do governador Juracy Magalhães e do presidente Eurico Dutra.

Tudo só foi possível por causa da colaboração de Santa Dulce, que fazia a interlocução entre a Construtora Odebrecht e o Círculo Operário, entidade de apoio à classe operária da Bahia, a qual o Anjo Bom ajudou a erguer a nova sede, que ficava ao lado do seu convento, e também a administrar até o encerramento das

suas atividades na década de 70. Hoje, o espaço onde funcionava o COB é o Santuário de Santa Dulce dos Pobres.

Muitas vezes, em conversa com Dr. Norberto, ele sempre elogiava a forma simples, objetiva e racional de Santa Dulce administrar as suas obras sociais, e repetia sempre que ela foi sua mãe empresarial.

E uma das passagens mais ilustrativas desta relação entre ambos foi no início da construção do COB, quando Santa Dulce apareceu no canteiro de obras e muito humildemente disse: “Dr. Norberto, desculpe eu me intrometer nos seus negócios, mas tenho a impressão de que se começássemos a construção pela frente e não pelos lados seria melhor, uma vez que não temos dinheiro. O Círculo não está em boa situação financeira. Pela frente o povo vê a obra, se anima e acaba ajudando mais.”

E assim passaram-se os anos, de uma amizade sedimentada na fé, na determinação e confiança entre essas duas pessoas que mudaram a história da Bahia.

Dr. Norberto permaneceu no Conselho de Administração da OSID até o fim, fiel à amizade e compromisso do Amar e Servir de Santa Dulce dos Pobres. Com certeza, ficaria muito feliz em ver que sua primeira obra de engenharia é hoje um dos maiores centros de devoção e atração de peregrinos do Brasil.

(*) Superintendente da OSID

A força de construir, morar e inovar



Por: **Cláudio Cunha**
Presidente da ADEMI-BA (Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia)

Começamos setembro chegando perto do melhor momento para comprar imóveis dos últimos oito anos no país, conforme mostram índices e pesquisas. O mercado imobiliário está assumindo o protagonismo na recuperação da economia brasileira. Segundo dados de agosto do Caged, o setor da construção civil foi responsável pelo resultado positivo da variação de empregos do ano. É a força do mercado imobiliário que move a Ademi-BA há 45 anos.

A nossa Associação surgiu da inquietação de alguns empresários do setor que anteviram que, juntos, teriam mais relevância no mercado. Desde então, a nossa tradição é inovar. Inovamos na forma de comunicar, construir, vender e fazer. A cada novo desafio, mostramos a nossa capacidade de renovação e comprovamos que não nos intimidamos com o novo.

Investimos no associativismo, para nós, esse é o caminho mais inteligente para se manter unido, relevante e, atual. A união é um valor dos mais importantes. Empresas do setor imobiliário unidas contribuem na superação desses desafios e geram benefícios econômicos, sociais, científicos, culturais e políticos. As nossas conquistas são, ao mesmo tempo, causa e consequência do fortaleci-

mento da nossa associação e sinal de confiança no planejamento traçado e no compromisso com a sua execução.

E como os desafios não nos param, nos adaptamos a este novo momento em que vivemos. Aceleramos a digitalização, com a implementação das fases do negócio imobiliário via online. A Ademi-BA acompanhou as transformações e observamos exemplos já praticados, por empresas e setores que incorporavam o modo de trabalho online desde antes da pandemia. Foi necessário ampliar os canais de comunicação com o cliente e permitir visitas virtuais aos empreendimentos, além de lançar mão de dispositivos de segurança jurídica e da informação para viabilizar toda a jornada de vendas. Em junho, lançamos uma plataforma de compra e venda de imóveis 100% online, “A Casa Que Eu Quero”, que veio para ficar e já acumula números impressionantes.

Falando em inovação, no momento estamos debruçados em um novo projeto, sobre os atributos e qualidades ímpares da primeira Capital do Brasil, a cidade do Salvador, diversa, criativa, histórica, cultural, gastronômica, musical, contemporânea, de clima único, banhada por águas temperadas, perfeita para morar e investir. Precisamos de novo olhar mercadológico sobre o nosso estado, divulgando a nossa capital e nossas cidades de maneira a promovê-las com todas as suas potencialidades, pois acreditamos nos nossos diferenciais e na força das cidades como destinos desejados que impulsionam também o mercado imobiliário.

“A Ademi-BA acompanhou as transformações e observamos exemplos já praticados, por empresas e setores que incorporavam o modo de trabalho online desde antes da pandemia”

Há 170 anos a Juceb iniciava suas atividades na ACB

Por: **Pollyanna Della Cella**, da Assessoria

A Junta Comercial do Estado da Bahia tem muita história para contar. Desde a sua fundação, em 1850, a exatos 170 anos, e, portanto, a mais antiga de todo o País. Os primeiros anos, como Tribunal de Comércio da Bahia, foram vividos na sede da Associação Comercial da Bahia. Tempos depois passou a ser denominado Junta Comercial da Bahia (Juceb). A instituição precisou acompanhar as mudanças políticas, econômicas e comerciais que foram acontecendo ao longo de mais de um século e meio de história, para atender, de forma eficiente e ágil, as necessidades de um público cada vez mais exigente e levar benefícios à sociedade como um todo.

Os serviços prestados pela Juceb são, primordialmente, direcionados para a classe empresarial. Mas, a autarquia cumpre papel de ente integrador e também desempenha um papel importante na vida do cidadão baiano, na medida em que se torna parceira de outros órgãos públicos, colaborando com eles, e possibilitando a agilização dos serviços prestados, direta ou indiretamente.

Sempre com o foco no crescimento econômico do Estado, a Juceb hoje investe em parcerias e projetos que se aproximem do empreendedor, levando serviço e informação a todos os municípios, da capital ao interior do Estado, bem como desenvolve parcerias que favoreçam o empresário baiano.

Presidida hoje por Andrea Mendonça, essa data registra a gestão da primeira mulher na presidência da autarquia, bem como da sua vice presidente, também mulher, Paula Miranda. Essa passagem é marcada por um novo sistema implementado em 2020, mais moderno, arrojado e com menos burocracia: o zero papel.

A administração da Presidente Andrea Mendonça é notada tanto por melhorias internas, como o CET (Condições Especiais de Trabalho) para funcionários da Junta Comercial e premiações por desempenho, como por andar de mãos dadas com os avanços tecnológicos e as necessidades de mudanças causadas pelo novo cenário mundial.



Andrea Mendonça

“É preciso ter uma boa comunicação e motivar o grupo a fim de que os resultados estimados sejam alcançados, e na atual gestão da Juceb, as mulheres surgem com mais sensibilidade, afetividade, versatilidade, criatividade, cuidado com os seus funcionários e um senso mais aguçado, entre outros, bem como a percepção dos seus liderados.

O papel do líder nos dias de hoje, consiste na sua capacidade de inovar, adaptando-se às mudanças contingenciais do ambiente externo e interno, entendendo e praticando a liderança, a fim de alcançar metas e ter um grupo motivado e sempre pronto para servir.

Além disso, de maneira geral, as mulheres valorizam mais o trabalho em equipe, são mais perseverantes e

constantes, são menos imediatistas e mais capazes de raciocinar no longo prazo, sobrevivem melhor em tempos de aperto, possuem maior abertura e flexibilidade para o aprendizado constante”, pontua Andrea Mendonça.

A Juceb é 100% Digital, com números crescentes de abertura de empresas e dinamismo nos serviços, permitindo que o cidadão faça, de qualquer lugar do mundo e a qualquer hora, o seu registro de forma eletrônica, bem como faça consultas, requerimentos, entregue livros contábeis no formato digital e emita certidões, por exemplo.

Pensando em tornar o registro empresarial cada vez mais acessível ao cidadão, a presidente da Juceb firmou um acordo de cooperação com a Empresa Gráfica da Bahia (Egba) para proporcionar descontos na aquisição de Certificados Digitais, documento eletrônico que garante a autenticidade da identidade do empresário, possibilitando registrar sua empresa de forma 100% digital, com comodidade e agilidade.

Um marco também dessa gestão e dos 170 anos da Juceb é o retorno à antiga casa, um edifício próprio e histórico, diminuindo custos mensais e proporcionando uma sede mais confortável e bonita, privilegiando a funcionalidade e sustentabilidade na sua reforma.

Hoje a Juceb possui 34 Escritórios Regionais e está presente em 5 SACs. São 190 Municípios conveniados à Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios. A cobertura alcança mais de 90% dos CNPJs ativos no Estado.

Mais do que apenas registrar empresas, a Juceb é uma integradora e facilitadora do empreendedorismo na Bahia.

Mediação e Arbitragem: um bom conselho para sua empresa e para você



Por: **Pedro César Gaspar Dórea**
Administrador e bacharel em Direito. Coordenador da
Câmara de Arbitragem da ACB

Vivemos um momento atípico em nossa sociedade e queremos apresentar para você e sua empresa a nossa Câmara de Mediação e Arbitragem, focada na resolução das controvérsias, de forma segura, rápida e extrajudicial, inclusive as decorrentes deste momento de pandemia mundial de Covid-19.

Credibilidade, respeito e elevada representatividade institucional sempre foram marcas indeléveis da Associação Comercial da Bahia (ACB), desde a sua fundação em 1811. No esteio destes princípios de sua atuação institucional, a partir de 1850, e inspirada na bem sucedida prática dos países europeus que já utilizavam os institutos jurídicos de mediação e arbitragem, a ACB, por meio de suas Juntas Arbitrais, passou a atuar de forma vanguardista no Brasil, em busca de solução dos conflitos de natureza civil e comercial dos seus associados que voluntariamente a demandassem, decidindo e fornecendo laudos arbitrais que eram levados ao juízo, na forma da legislação comercial à época.

No contexto da evolução institucional da entidade, que preserva as suas tradições e se pauta em conceitos éticos, mais uma vez se apresentou

na dianteira nacional quando criou em outubro de 1994 a sua Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, dois anos antes da vigência da Lei Federal nº 9.307, que veio a normatizar a arbitragem no Brasil. Deste modo, a ACB se estruturou formalmente para a utilização de tais serviços, enfatizando a importância destes institutos jurídicos como meios adequados de solução de controvérsias, sobretudo os de natureza empresarial, seguindo os bons exemplos consagrados em diversos países com economias desenvolvidas, no tocante às diversas demandas corporativas, principalmente contratuais.

Integrante da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial - CBMAE - a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Associação Comercial da Bahia é um patrimônio do Estado com processo decisório local, uma referência nacional e internacional com destacada atuação em numerosos procedimentos ao longo de sua longa trajetória envolvendo diversas áreas, com destaque para controvérsias em questões de natureza societária, comercial, imobiliária, engenharia e outras tantas áreas do conhecimento que envolvam relação contratual sobre direitos disponíveis.

“ Deliberado e instituído em maio deste ano, ele tem por objetivo primordial prestar assessoramento técnico para a Câmara da ACB, sobretudo em assuntos de natureza estratégica, governança, relacionamento institucional e aprimoramento de gestão ”

Composta por um quadro de especialistas nacionais e internacionais de renomada experiência em suas áreas de atuação, a Câmara da ACB tem mantido seus procedimentos em curso regular, mesmo neste período de distanciamento social, prestando os seus serviços aos usuários que necessitam de solução célere, técnica e eficaz, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário. A Câmara da ACB não para, mesmo antes de haver legislação nacional sobre o assunto, nem de atuar, nem de evoluir na busca da solução de controvérsias.

Como importante medida adotada neste processo de reestruturação e modernização institucional da Câmara da ACB, merece destaque a criação do seu Conselho Consultivo. Deliberado e instituído em maio deste ano, ele tem por objetivo primordial prestar assessoramento técnico para a Câmara da ACB, sobretudo em assuntos de natureza estratégica, governança, relacionamento institucional e aprimoramento de gestão. Além do Presidente vigente da Associação, atualmente representado por Mário Dantas, o Conselho é composto por membros fundadores, efetivos e beneméritos.



No esteio da modernização institucional proposto pela recém-eleita Diretoria Executiva da ACB, desde meados de 2019, a Câmara vem realizando uma avaliação completa de sua atuação e ampliação de sua potencialidade institucional, sempre respeitando sua tradição bicentenária e com foco maior na eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos por ela realizados. Essa modernização, além de consolidar a credibilidade da Câmara, visa a aperfeiçoar e dinamizar a boa prestação de serviços aos usuários como forma segura e eficaz para que associados, empresas, entidades públicas e privadas, bem como pessoas físicas consigam resolver extrajudicialmente suas eventuais controvérsias sobre direitos disponíveis, sobretudo as de natureza corporativa.

A inovação institucional do Conselho é a criação dos Comitês Temáticos que vão prestar assessoramento técnico qualificado à Câmara. Para dar efetividade às ações do Conselho, foram criados os seguintes Comitês Temáticos: Procedimental, de Estudos Jurídicos, Assuntos Financeiros e Econômicos, de Estratégias, Relações Institucionais, de Governança, cujas atribuições e competências estão estabelecidas no Regimento Interno do Conselho Consultivo. Além destes, foram concebidos Comitês Setoriais, que têm por objetivo promover estudos específicos sobre determinados ramos de atividade econômica e empresarial, que possibilitem uma melhor atuação técnica da Câmara, na realização dos procedimentos e das decisões deles decorrentes.

Locador e locatário – Algumas reflexões



Por: **José Luiz Sobreira**
Advogado e diretor da ACB

Boa parte dos soteropolitanos tem costume de afirmar que o ano somente começa após a festa momesca. Pois bem. No ano de 2020, encerrada tal folia, apesar do noticiário do final de 2019 já apontar a existência do Covid-19, na cidade de Wuhan, na China, a população da Boa Terra já abastecida de energia para começar de fato a trabalhar, somente passou, de verdade, a sentir os efeitos deste terrível vírus, quando os representantes da OMS pronunciaram a palavra pandemia e os nossos governantes passaram a adotar medidas de isolamento em meados de março de 2020.

De lá até o momento em que finalizei este artigo, diante das notícias que se avolumam em decorrência dos impactos da pandemia nas locações imobiliárias, creio ser importante trazer breves reflexões sobre a relação entre Locador e Locatário.

Tenho afirmado insistentemente que a partir da vigência da Lei Inquilinária – 8.245/91 e suas subsequentes alterações, a relação entre locador e locatário, respeitada as exceções, tornou-se mais madura, harmônica, equilibrada e de certo ponto solidária, isso em face dos novos regramentos que disciplinam as relações inquilinárias.

Com a chegada do CODIV-19 e

seus abalos na base dos contratos de locação, apesar da maturidade da relação entre locador e locatário, passamos a viver com noticiários acerca de intervenções do Poder Judiciário com decisões de toda ordem, mas em sua esmagadora maioria em benefício dos pleitos do locatário, ora para suspender o pagamento do aluguel, ora para conceder-lhe desconto.

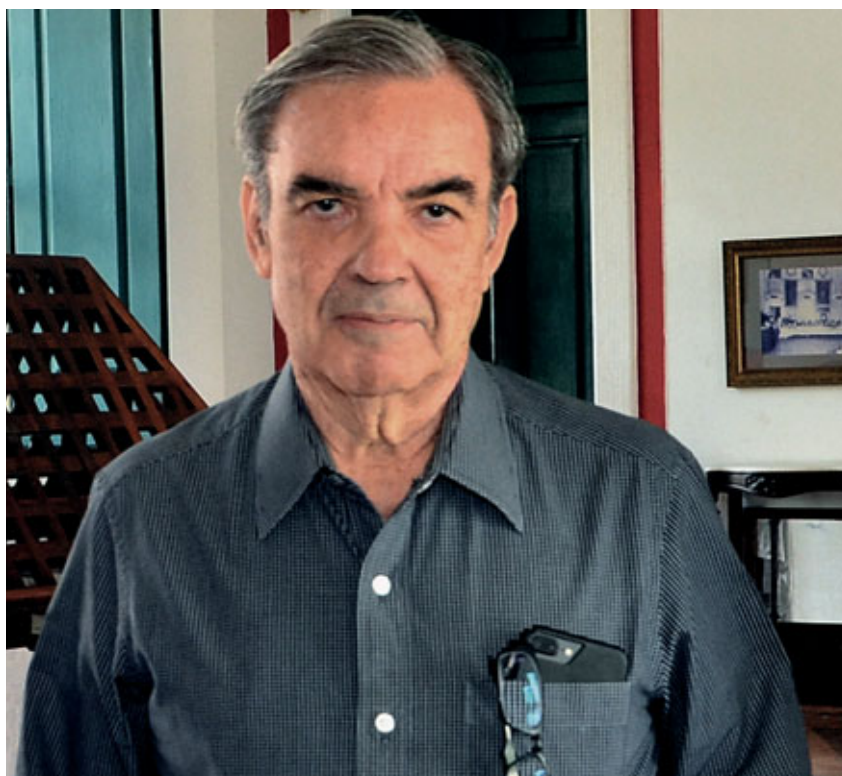
Sem adentrar no mérito das decisões e nos direitos de cada uma das partes relacionadas no contrato de locação, quando poderia estar em jogo a imprevisibilidade dos efeitos pandêmicos, a onerosidade das obrigações das relações locatícias, a força maior e demais institutos protetivos de lado a lado, o certo na minha visão é que locador e locatário deveriam utilizar suas forças em prol da solução amigável do eventual desequilíbrio e evitar que um terceiro seja convocado para decidir o conflito de interesses.

Neste contexto, diante do experimento que tenho vivido na mudança de expectativa dos clientes que passaram a desejar uma solução célere, eficaz e menos custosa para seus problemas, mais ainda vejo reforçado a tese de que locador e locatário devem ser “caçadores de soluções” em contraponto à beligerância.

Nesta toada, em detrimento do quão elevado seja o direito do locador ou do locatário, é preciso que ambos usem o bom senso, a cooperação e equilíbrio, a fim de buscarem se adaptar a atual crise que estamos experimentando, sendo a renegociação, certamente, a melhor solução para se mitigar os impactos desta terrível pandemia que atingem tais contratantes.



A Medalha Conde dos Arcos para Eduardo Morais de Castro



Eduardo Morais de Castro

Por proposta do vice-presidente Paulo Sérgio Cavalcanti, a diretoria plenária da Associação Comercial da Bahia aprovou, por unanimidade, a outorga da Medalha do Mérito Empresarial 8º Conde dos Arcos para o ex-presidente Eduardo Morais de Castro, a nona personalidade a receber a mais alta honraria da bicentenária instituição.

A Medalha Conde dos Arcos foi instituída em 1986 “para homenagear empresários que se hajam distinguido por assinalados serviços ao desenvolvimento econômico, social e cultural da Bahia e que exerçam sua atividade no Estado”.

O homenageado presidiu a ACB de 2007 a 2011, período que a entidade completou 200 anos. Atualmente é membro nato do seu Conselho Superior. É presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia desde 2015 e diretor da Federação do Comércio-Fecomércio Bahia. Seu avô, Manoel Lopes de Azevedo Castro foi vice-presidente da ACB no período de 1919 a 1924.

A Assembleia Legislativa do Estado, por indicação do deputado Eduardo Salles, concedeu a EMC a Medalha do Mérito Dois de Julho, a ser entregue em data a ser marcada.



A Empresa

Eduardo Morais de Castro é diretor presidente da Morais de Castro Comércio e Importação de Produtos Industriais, fundada por seu pai, Álvaro Gomes de Castro, em 15 de Julho de 1960.

A empresa, uma das principais distribuidoras de produtos químicos do país, com mais de 500 clientes, celebra neste ano 60 anos. “Temos crescido solidamente, degrau a degrau há sessenta anos. Sempre com qualidade que é um valor importante pra gente. Faz parte do nosso DNA. A partir daí, queremos nos preparar para atender o Brasil inteiro. Já atendemos uma parte, mas queremos cobrir o território nacional”, disse Eduardo.

Os homenageados

Fizeram jús à láurea, que tem como patrono, o fundador da entidade, Dom Marcos Noronha e Brito, o VIII Conde dos Arcos, os empresários Norberto Odebrecht, Mamede Paes Mendonça, Fernando Corrêa Ribeiro, Alfeu Simões Pedreira, Euvaldo Carvalho Luz, João Batista Carvalho de Andrade (Joãozinho Andrade), Geraldo Dannemann e Henry Armand Slezzynger.

Ir direto ao assunto



Por: **Aristoteles Drummond**

Jornalista e vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro

Os temas de natureza jurídica e ética estão tomando um caminho perigoso no Brasil. Dentro, aliás, da orientação de certos setores para dividir a sociedade, tumultuar o processo político, econômico e social. Vale tudo para se promover a discórdia, estimular a impunidade, sabotar a recuperação da economia, mesmo que prejudicando o país e os mais sofridos, que passam da metade da população.

Esses agentes do mal, entretanto, não percebem que o povo já identifica o que está certo e o que está errado, não acredita no elitismo das teses da velha burocracia protetora de poderosos infratores. Nesta confusão, circulam equívocos, certamente propositais, para alimentarem crises mais adiante.

Para ficarmos nos temas inúteis em debate, pois não se relacionam nem com a pandemia que nos aflige nem com a crise na economia com a dívida pública e muito menos a social, com o desem-

prego assustador, vamos esclarecer alguns pontos curiosamente ocultos do debate.

O primeiro seria a proposta de uma longa quarentena de oito anos para magistrados disputarem cargos eletivos. Uma boa ideia, mas nos parece um prazo exagerado; deveria ser de quatro anos. Ocorre que o debate do tema envolve uma possível manobra pela inelegibilidade do juiz Sergio Moro, herói nacional pela Lava-Jato e decepção de uma parcela de seus admiradores pela forma com que deixou o governo. Não é exato, por não poder retroagir para derrubar direitos adquiridos. Logo, em aprovada, a proposta valerá a partir do desligamento de magistrados da data da promulgação da lei em diante. E quanto à candidatura presidencial do ex-juiz e ex-ministro, é uma especulação ingênua, uma vez que não existe a menor chance de sucesso nesta pretensão. Moro, que prestou grandes serviços ao Brasil, não é político, não tem carisma, não tem partido e dele se sabe apenas que foi bom magistrado, tem coragem, mas desconhece os códigos da política e do poder. Não disse a que veio quando ministro. E ninguém sabe o que ele pensa de economia, de política externa, de administração pública e de prioridades nacionais.

Ainda neste terreno, é muito estranho o silêncio do governo, do Congresso, diante da não apresentação ao plenário do Congresso das propostas para definir de uma vez por todas e de maneira clara a questão da prisão em segunda instância. Ela deve ser votada logo, pois é um anseio nacional e os parlamentares devem assumir a responsabilidade de serem contra ou a favor da medida. Certamente esta será apresentada com emendas que a regulamentem, como a de permitir o trânsito em julgado aos réus primários. Como está, com a impunidade garantida aos que podem pagar bons advogados, é que não pode ficar.

O povo não é bobo, é sempre bom repetir!

**CONSULTORIA
JURIDICA
GRATUITA**

Comissão Jurídica da ACB



DIREITO

- | | |
|------------------|---------------|
| ✓ TRIBUTÁRIO | ✓ IMOBILIÁRIO |
| ✓ ADMINISTRATIVO | ✓ COMERCIAL |
| ✓ TRABALHISTA | ✓ AMBIENTAL |
| ✓ CIVIL | ✓ PENAL |

Safra 2020 traz bons resultados

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística distribuiu nota informando que a Bahia terá, novamente, uma safra recorde de grãos. A produção estimada é de 9.534.331 toneladas de grãos neste ano, “a maior da série histórica do acompanhamento de safra iniciado em 1972”

Além do milho (1ª safra), o outro produto com alteração em relação à estimativa de junho foi o cacau, que teve uma queda de 3.3% na produção frente ao mês anterior. E conforme o IBGE, a previsão é que 11 das 25 safras de produtos investigadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) sejam maiores em 2020 do que em 2019.

A sétima estimativa para a safra baiana de cereais, leguminosas e oleaginosas (também conhecidos como grãos) prevê um novo recorde na produção. Isso representa um aumento de 15,1% (ou mais 1.250.671 toneladas) em relação à safra de 2019 (8.283.660 toneladas). O aumento na previsão do milho se deveu a ganho de produtividade, uma vez que a área plantada com a cultura se manteve estável entre junho e julho em 363.500 hectares.



Produção Nacional

Segundo notícia distribuída pela agência Reuters, a safra de grãos e oleaginosas do Brasil 2020-2021 foi estimada em recorde de 278,7 milhões de toneladas, alta de 8% ante a temporada anterior, com o impulso da produção de soja e milho, afirmou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em sua primeira projeção para o novo ciclo.

A Conab estimou aumento de 7% na área plantada com milho no Brasil em 2020-2021, apontando uma produção total de 112,9 milhões de toneladas.

Já a safra de soja, o principal produto do agronegócio do Brasil, que tem na oleaginosa o carro-chefe da exportação, deverá atingir 133,5 milhões de toneladas, com aumento de 3% na área plantada.

“A boa rentabilidade do milho e da soja na safra que se encerra estimula os produtores brasileiros a aumentar a área dessas culturas no período de 2020-2021”, disse a estatal em nota, acrescentando que os cálculos são baseados em inúmeros dados de campo, previsões climática e imagens de satélites.

A Conab ainda previu redução de 11% na área plantada com algodão no Brasil em 2020-2021, com o mercado sendo atingido por efeitos da pandemia.



NEW HAND LAB

Volta por cima com muita Arte

Luis Guilherme Pontes Tavares*

O New Hand Lab é a resposta audaz e criativa que o empresário português Francisco Afonso, mais de 60 anos, adotou face ao sucateamento do maior número de lanifícios de Covilhã, cidade da região central de Portugal e porta de entrada da Serra da Estrela. Herdeiro de Fábrica Francisco Estrela/Julio Afonso, que mantém resquícios arqueológicos de lanificio no século XVII, Francisco Afonso transformou as instalações, sem remover equipamentos e estoques de insumos e produtos remanescentes, num ambiente adequado para a produção e exposição de artistas de distintas áreas.

No dia (21out2019) em que visitei o lugar, registrei, em mensagem emitida via smartphone para o Facebook, esta minha impressão: “Covilhã, no New Hand Lab, transforma prejuízo em impulso e, através da arte, concede a si novas e criativas chances”. A cidade sediava, até a segunda metade do século XX, cerca de 500 unidades fabris de tecidos, sobretudo lanifícios, e hoje opera com pouquíssimas, mas laboriosas indústrias do ramo, que produzem “cerca de trinta milhões de metros de tecidos/ano” (...).

Covilhã, cidade construída em lã

Copiei intertítulo acima da primeira página do folder Covilhã da Lã, patrocinado pela Câmara Municipal dessa cidade portuguesa. O texto promocional acentua que as iniciativas econômicas que definiram



Placa na porta de entrada da New Hand Lab (21out 2019)

a atuação econômica ali foram tomadas por judeus e, após a Inquisição, por cristãos novos. Esclarece, ademais, que a força motriz da indústria têxtil era hidráulica e, só depois, adotou-se a energia a vapor. O trecho abaixo situa isso:

“A Covilhã sempre foi e continua a ser o centro nacional dos tecidos de lã. Desde o século XII (o primeiro foral da cidade data de 1186) a produção de tecidos baseava-se num sistema doméstico e artesanal. A matéria prima provinha, no início, dos rebanhos de ovelhas que a Serra da Estrela alimentava. Este sistema prolongou-se até meados do século XIX. A partir do século XVII, começa-

ram a aparecer na cidade as primeiras manufaturas que depois, com o advento da Revolução Industrial Europeia, foram vincando uma grande e característica concentração de edifícios fabris.

“Duas ribeiras descem da Serra da Estrela e percorrem a cidade entre os 800m e os 500m de altitude, sendo elas, a Ribeira da Goldra e da Carpideira. Nesta cidade se encontram e perduram os marcos principais da história da mais clássica indústria portuguesa”.

O visitante que se interessar sobre o estágio econômico de Covilhã como polo têxtil deve incluir no programa a visita ao Museu de Lanifícios, mantido pela Universidade da Beira Interior (UBI) e sediado no edifício da Real Fábrica de Panos, iniciativa do Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII. Os três núcleos desse museu o posicionaram como um dos equipamentos culturais mais respeitáveis de Portugal. A outra visita indispensável – que, todavia, não fiz – é ao Salão Nobre dos Paços do Conselho, na Câmara Municipal, cujas paredes são decoradas com afrescos, de autoria do pintor português Lino António (1898-1974) que retratam “toda a história da indústria de lanifícios – da ovelha ao tecido – passando por diversos momentos chave da história de Covilhã,” (...)

* Jornalista, produtor editorial e professor universitário. É vice-presidente da ABI e sócio do IGHB e da ACB. lulapt2@gmail.com



Ruínas da antiga fábrica do século XVII (21out 2019)



Tecidos de lã que restaram no estoque na fábrica fechada (21out 2019)

Visitemos a New Hand Lab

A visita que fizemos a esse respeitável endereço cultural foi sugerida pelo motorista de táxi e dedicamos algumas horas daquela segunda-feira em que andamos em Covilhã. A antiga fábrica de lanifícios Francisco Estrela/Julio Afonso fica na Travessa do Ranito. Enladeirada, essa travessa nos leva ao patamar banhado pela Ribeira da Carpinteira, cujas águas asseguravam, no passado, a energia hidráulica que impulsionava os teares e demais equipamentos dessa indústria.

Visitamos os três pisos e vimos os equipamentos, insumos e produtos do antigo lanifício, assim como as escavações arqueológicas que exibem os sinais do lanifício do século XVII. Vimos, ademais, os muitos espaços ocupados por estúdios de artistas associados ao New Hand Lab e muitas das obras executadas por eles ali. Encontramos trabalhos da artista Meg (Maria Eugénia Gomes), de quem tomáramos conhecimento na Pousada da Serra da Estrela, em cujo lobby o hotel exibia obras dela.

Tivemos o privilégio de visitar parte das instalações do New Hand

Lab ciceroneados pelo empresário Francisco Afonso e pudemos constatar o entusiasmo dele, que é tamanho a ponto de ter adaptado parte do piso superior da antiga fábrica para ser a sua morada. Ele nos mostrou o arquivo de pequenos retalhos das padronagens das peças de lã criadas pelos tecelões, os acessórios – que bela coleção de tesouras industriais! –, as obras de arte com o selo da New Hand premiadas em Portugal e no exterior, a vista do entorno do

prédio, em que se destaca, no alto, a Ponte (de pedestre) da Ribeira da Carpinteira e a cafeteria, local em que se conjugam comes&bebes com apresentações artísticas.

Em 27 de novembro de 2019, no Facebook, voltamos a tratar da iniciativa admirável do empresário português – que se pode melhor examinar no site <http://www.newhandlab.com>. Encerrei a postagem com a recomendação da visita à essa atração imperdível de Covilhã e com este post script:

“P.S. O que escrevi acima me remeteu à lembrança do empresário Luiz Tarquínio (1844-1903), extraordinário baiano que tanto empreendeu como industrial como exerceu a justiça social ao distinguir os operários com equipamentos de educação, saúde, habitação e bem-estar.

“Salvador deveria ter exposição permanente sobre esse personagem e a sua obra. Li no livro da sua sobrinha-neta e biógrafa Eliane Dumet, *Luiz Tarquínio, o semeador de ideias*, publicado em 1998, que o criador da Companhia Empório Industrial do Norte também desenhou, quando trabalhou com ingleses, padronagens para tecidos que a Bahia exportava.



A mais alta ponte de pedestre de Portugal (21out 2019)

O Anjo da Vitória está entre Nós



Por: **Luis Guilherme Pontes Tavares**
Jornalista, produtor cultural, vice-presidente da
Associação Bahiana de Imprensa e sócio da ACB

Esta imagem é, no mínimo, inspiradora. O Anjo da Vitória encabeça a coluna (23 metros de altura) erguida pela Associação Comercial da Bahia (ACB) em 1874 para celebrar a vitória das tropas brasileiras na Batalha de Riachuelo durante a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Nestes dias pandêmicos, tê-lo tão perto de nós é alento animador.

O monumento encimado pelo anjo foi criado pelo artista baiano João Francisco Lopes Rodrigues (1825-1893) e erguido na Praça Riachuelo, que fora inaugurada em 1866, dez anos após o início do conflito e nove anos após a vitória da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) contra as tropas paraguaias na batalha que emprestou o nome do afluente do rio Corrientes, na Argentina, onde o combate aconteceu.

“Em estilo neoclássico, [o monumento] foi moldado na França, na fundição Leroux. (...) Foi construído em mármore, bronze e ferro fundido, com altura total de 23 metros. Em sua coluna estão relacionadas as batalhas da Guerra do Paraguai. O Anjo da Vitória, no alto do monumento, tem inspiração nas esculturas das vitórias gregas, da Grécia antiga. No pedestal, há um grande medalhão de bronze no qual estão esculpidas as armas do Império. As obras de instalação foram dirigidas pelo engenheiro francês José Revault, que era dono da fábrica de tecidos Modelo, em Salvador. Revault também participou da instalação dos chafarizes da Companhia do Queimado.” Esses dados foram obtidos no site <http://pelourinho-diaenoite.salvador.ba.gov.br/>





Estamos sob um tsunami de informações, muitas delas falsas. Com isso, a imprensa está colocada em xeque quanto à exatidão e qualidade do que divulga. É neste ambiente que a Associação Bahiana de Imprensa alcançou 90 anos, no dia 17 de agosto, cumprindo o seu papel social, lutando pela liberdade de expressão, defendendo a democracia, munindo-se de transparência e zelando pela prática do bom jornalismo. Continuaremos sendo instrumentos da cidadania por acreditarmos na nossa missão. Homenageamos a todos que se doaram pelo engrandecimento da ABI e seguem acreditando e trabalhando pela VERDADE.



Associação
Bahiana de
Imprensa

Fundo “Made in Bahia”

Uma alternativa de crédito para as PMES baianas



Por: **Carlos Sergio Falcão**
Engenheiro Civil, Primeiro Secretário da ACB
e Coordenador do Núcleo Made In Bahia

Durante essa pandemia empresas e empresários estão sofrendo os efeitos do isolamento, da recessão, das dificuldades financeiras e da ausência de crédito. Porém estudos mostram que as micro, pequenas e até médias empresas foram as que mais sofreram. Estamos todos na mesma tempestade, porém nem todos estão no mesmo barco.

A campanha Made In Bahia, hoje um Núcleo na ACB, surgiu para apoiar as empresas baianas, inclusive na retomada das suas atividades, conscientizando o consumidor baiano da importância de consumir produtos e serviços locais. Nosso núcleo focará em especial as PMEs que tem mais dificuldade de expandir ou exportar sua produção, sendo fundamental o consumo interestadual.

Pesquisa realizada pela área de “research” da Arazul Capital, indica que o Nordeste representa 14,5% do PIB brasileiro, mas detém apenas 2% (dois por cento) do crédito privado do país, enquanto o Sudeste recebe 91% desse crédito. Uma verdadeira distorção que precisa ser corrigida

Nesse momento as atividades industriais e comerciais têm apresentado sinais de reaquecimento e o acesso do crédito será fundamental para a recuperação das empresas baianas.

Ciente dessa necessidade a ACB, através do Núcleo Made In Bahia, buscará incentivar alternativas para que as empresas baianas, em especial, mas não somente, as PMES, tenham acesso a liquidez de forma profissional e à taxa de mercado. Nossa primeira alternativa será apresentada breve. O FIDC Arazul Desenvolve Bahia (DB), que contará com o apoio institucional da nossa Associação Comercial.

Esse Fundo pretende disponibilizar até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões) para a Bahia, e chegará com um compromisso perante os investidores baianos: Todos recursos captados em nosso estado, serão ofertados em crédito para nossas empresas. E mais, o Fundo pretende captar recursos em outros estados para disponibilizar para as nossas empresas. Apesar da análise de risco que será exigência dos gestores do fundo, entendemos que essa oportunidade poderá beneficiar centenas de empresas, e se bem-sucedida, ser o embrião de operações similares, com essa ou com outras instituições financeiras que resolvam apostar em nosso Estado.

Essa é mais uma ação efetiva da ACB em apoio ao empresariado baiano e se une as muitas outras que já estão sendo implementadas por outros núcleos, como o Jurídico e o de Mediação e Arbitragem. Esse tem sido o foco dessa atual diretoria executiva, melhorar o ambiente de negócios, nas suas mais diversas formas, para que nossos associados em especial e a comunidade empresarial baiana

no geral, tenham condições competitivas mais favoráveis para produzir, gerar empregos e renda, assumindo a relevância e protagonismo que todos nós desejamos.



INPRENOR

EXCELÊNCIA EM PRÉ-FABRICADOS DE CONCRETO



A INPRENOR produz uma ampla linha de pré-fabricados de concreto voltados especialmente para o segmento de eletrificação. Atua também na produção de estruturas para edificações industriais, comerciais, rurais e residenciais.

Ao longo de quase 20 anos, vem mantendo um forte compromisso com a excelência, investindo continuamente em gestão, capacitação técnica e nos processos de produção e controle de qualidade.

Hoje, a empresa possui uma marca forte reconhecida pelo mercado. Uma empresa com posição destacada no segmento de pré-fabricados de concreto e contribui diretamente para o crescimento de toda a Região, gerando emprego e renda.

NOSSOS PRODUTOS

POSTES E CRUZETAS para rede de distribuição;
ESTRUTURAS PARA LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÃO;
POSTES CIRCULARES para iluminação;
GALPÕES E ESTRUTURAS PRÉ-FABRICADAS para edificações;
PRÉ-FABRICADOS RURAIS (estábulo, cochos, entre outros).

(73) 3616-1262 / 3616-1122
www.inprenor.com.br



Rodovia Itabuna - Ibicarai - Km 4,5
Centro Industrial de Itabuna - Ferradas - ITABUNA-BA

NA LEMOSPASSOS SEMPRE FOI ASSIM:

ACIMA DE TUDO, O CUIDADO.



O cuidado sempre esteve presente no nosso trabalho e agora ainda mais. Para preservar a saúde de todos, as medidas de proteção e higienização intensificadas continuam valendo em nossas unidades. **Conheça algumas delas:**

Tapetes sanitizantes e totem de álcool em gel nas entradas.

Proteção nas mesas e buffets.

Distribuição de luvas descartáveis para os clientes se servirem e sacos de papel para colocarem as máscaras.

Aferição de temperatura de funcionários e clientes.



desde 1961

ACIMA DE TUDO, O CUIDADO.

11 3214-1664 | 71 3483-0922
www.lemospassos.com